

**RESISTÊNCIA ESCRAVA EM SÃO PAULO:  
A luta dos escravos da fábrica de ferro  
São João de Ipanema  
1828-1842 \***

*Afonso Bandeira Florence \* \**

Vários trabalhos sobre a escravidão no Brasil demonstram que a população escrava, além de fazer uso da fuga e do quilombo para se insurgir contra a sua condição, lançou mão de uma enorme variedade de recursos e formas de resistência através dos quais atuava enquanto sujeito histórico. Ao mesmo tempo, a história da escravidão tem cada vez mais considerado aquilo que os escravos construíram para eles próprios, como e porque lutaram e a leitura que faziam das relações que travavam com seus senhores, fossem elas de conflito ou de barganha<sup>1</sup>.

Provavelmente, um dos principais resultados desta nova trilha seguida pela historiografia é a definitiva comprovação de que os escravos fizeram parte do universo político, tanto no âmbito privado, da relação direta e individual com o seu senhor, como também no âmbito coletivo, em revoltas e outros tipos de movimentos. Vale lembrar que a representação política dos escravos era duramente reprimida pelos senhores, e que para efetivá-la, era necessária razoável articulação e unidade de ação escrava.

\* Este trabalho é um resultado parcial de uma pesquisa bem mais ampla, em desenvolvimento pelo autor.

\*\* Pesquisador do Mestrado em História e do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia; professor do Departamento de História da Universidade Católica do Salvador.

<sup>1</sup> Entre outros, ver: Sidney Chalhoub, *Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990; João José Reis, *Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)*, São Paulo, Brasiliense, 1986; Maria Inês Cortes de Oliveira, *O Liberto: o seu mundo e os outros*, São Paulo/Brasília, Corrupio/ CNPq, 1988; Sílvia Hunold Lara, *Campos da Violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro (1750-1808)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988; Eduardo Silva e João José Reis, *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989; Flávio dos Santos Gomes, *Histórias de Quilombos: os mocambos e comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro - século XIX*, Rio Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

Outro resultado bastante significativo é a atenção que tem sido dada às formas de emprego da mão de obra escrava, às mediações desenvolvidas pelos senhores entre a compulsão e a persuasão ao trabalho, assim como, às formas por eles desenvolvidas na resistência à sua exploração.

Este artigo foi escrito na confluência desta várias questões da historiografia recente da escravidão e conta a história dos escravos da metalúrgica São João de Ipanema.

## **Trabalho escravo e produção fabril**

Em 29 de março de 1828, os escravos da Fábrica de Ferro São João de Ipanema fizeram chegar ao presidente da Província de São Paulo um requerimento em que apresentavam suas reivindicações:

Dizemos nós escravos desta imperial fábrica de ferro São João de Ipanema estando nós em tais circunstâncias e que nos obriga dizer o quanto nos é penoso trabalharmos sem folha do serviço só por moléstia, e que não recebermos os municios que nos é prometido, tem sucedido de passarmos semanas inteiras sem comermos e continuando sempre com o serviço e como nós todos sabemos o que temos por semana sete partes de farinha três partes e feijão libras [ileg.] de toucinho, carne [ileg.] libra por dia quando não há feijão e como nos faltam com isto tudo algumas vezes e nunca mais recebemos o que nos fica de atraso, e também não temos recebido cobertores a oito ou nove anos que nos faz grande falta pelo frio que andamos sofrendo e não temos quem nos valha senão V. Ex. e nós trabalhadores do mato pedimos que queremos ganhar alguma pequena quantia aos domingos e dias santos que ficamos trabalhando por cuja razão.<sup>2</sup>

Esse requerimento foi, na verdade, uma dentre várias outras iniciativas tomadas pelos escravos da fábrica, numa época em que a escravidão se encontrava em pleno vigor. Eles deixaram uma série de evidências sobre

<sup>2</sup> Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP), nº de ordem 5213. Requerimento encaminhado pelos escravos da fábrica de ferro São João de Ipanema ao Presidente da Província de São Paulo, 29 de março de 1828. Com o objetivo de facilitar a leitura, este documento e todas as citações de todos os outros documentos estarão com a ortografia atualizada.

sua resistência, e as relações construídas entre si e com a administração da fábrica.

A Fábrica de Ferro São João de Ipanema se situava na região de Sorocaba, na então Província de São Paulo. Consta que as atividades de mineração desenvolvidas naquelas imediações remontam ao século XVI. Entretanto, a fundação da referida fábrica se deu em 1811. Poucos anos depois Varnhagen, pai do historiador, que a dirigiu de 1814 a 1822, determinou a construção de dois fornos altos que substituíram os quatro fornos suecos até então existentes. Eram empregados motores movidos a água e a vapor e durante estes anos ainda combinava-se o uso do carvão e da lenha, na proporção de três quartos desta para um daquele. A lenha era também utilizada para calcinação do calcário e do minério. Em 1819, Varnhagem propôs formalmente a extensão da área de matas destinada ao fornecimento da madeira para combustível, esta área chegou a alcançar 6.000 hectares, fazendo com que a sua preservação passasse a ser, por muitos anos, uma das preocupações da administração da fábrica. Calculava-se que em 20 ou 22 anos uma parte da mata derrubada teria sido recomposta estando em condições de sofrer nova derrubada. Ao mesmo tempo parte da área era destinada à constituição dos pastos necessários à criação de gado voltada para o consumo interno do estabelecimento.

O método utilizado para a fabricação de carvão era o das medas, ou seja, empilhavam-se os troncos e queimavam-nos. As pilhas maiores produziam até oito ou dez toneladas de carvão e o preparo durava 21 dias. A jazida, localizada dentro do terreno da fábrica, ficava a seis quilômetros de distância e o transporte era feito em animais de carga. Havia uma divisão de trabalho através da qual alguns escravos eram destinados ao trabalho de campo (corte de madeira, pastoreio, etc.), enquanto outros eram destinados à produção de ferro propriamente, na qual também havia uma divisão do trabalho relativa às atividades desenvolvidas nas diversas oficinas como a de modelagem, de ajuste, de acabamento das peças etc., onde tanto trabalhavam homens livres como escravos, em jornadas diárias de doze horas.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, *Apontamentos Históricos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo: Seguidas da cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da capitania de São Vicente até o ano de 1873*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia: São Paulo, Ed. da Universidade do Estado de São Paulo (EDUSP), vol. 1, 1980, p. 249 e 250; J. P. Calógeras, "A Fábrica de Ferro São João de Ipanema", *Revista Brasileira*, Tomo I, 2<sup>o</sup> fascículo; Vânia Carneiro de Carvalho, "Fábrica de Ferro Ipanema", *Arquivo: Boletim Histórico e Informativo*, n<sup>o</sup> 6, vol. 3 (1985), pp. 89-94; Ver ainda: AESP, n<sup>o</sup> de ordem 5216, Ofício do Diretor da fábrica de Ferro São João de Ipanema ao Presidente da Província da São Paulo, 18 de março de 1861.

A fábrica foi dirigida ainda por Rufino José Felizardo (1822-1825), Antônio Xavier Ferreira (1824-1834), João Florêncio Perêa e João Bloem (1834-1836) e novamente por João Bloem (1836-1842), seguidos de vários outros administradores. Após ter sido dissolvida em 1860, voltou a ser aberta em 1865.

Quando da sua fundação a fábrica foi constituída como uma sociedade de ações, algumas delas propriedade de particulares e outras do Príncipe Regente d. João. Posteriormente, ela passou para o controle total da Coroa. Já naqueles primeiros anos d. João mandou fornecê-la de 85 escravos. Daí em diante, por muitos anos, houve um crescimento no número de escravos, assim como, de africanos livres, ali trabalhando. Consta que no ano de 1836, havia 141 escravos e 50 africanos livres.<sup>4</sup> É provável que este número tenha variado bastante no transcurso dos anos, inclusive com uma tendência ao crescimento da presença de africanos livres, como veremos em seguida. Mesmo assim, é cabível afirmar que durante as décadas de 20 e 30 foi bastante significativo o número de escravos trabalhando na fábrica. Para a década de 40, mais precisamente para o ano de 1846, sabemos que chegaram a ser empregados 146 escravos e 240 africanos livres.<sup>5</sup>

A aparente novidade de nos encontrarmos diante de um significativo contingente de escravos trabalhando em uma fábrica deve-se somente à opinião, ainda corrente, sobre a incompatibilidade entre a exploração do trabalho escravo e a atividade industrial. Entretanto, essa tese já sofreu substancial questionamento teórico. Além disso, a convivência entre o trabalho escravo e a organização fabril da produção, que já ganhou para os Estados Unidos detalhado tratamento, possui para o Brasil estudo que, a despeito do seu caráter teórico, tornou consideravelmente aceita esta idéia.<sup>6</sup>

<sup>4</sup> “Africanos livres”, eram aqueles que após a proibição do tráfico em 1831, tinham sido importados ilegalmente, confiscados dos traficantes e, na condição de livres, entregues a particulares ou a instituições públicas para trabalharem por catorze anos. Afonso Bandeira Florence, “Nem escravos, nem libertos: os ‘africanos livres’ na Bahia”, *Cadernos do CEAS*, (1989), pp. 58-69.

<sup>5</sup> AESP, nº de ordem 5214, Mapa de Escravos, e Africanos da Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, 1836; para 1846, ver AESP, nº de ordem 5214, Resumo Estatístico dos africanos Livres e Escravos Consignados a Repartição da Nacional Fábrica de Ferro São João Designados com as Causalidades nas Respectivas Relações, 1846; Vale ressaltar, também, que de uma minuciosa relação dos bens deste estabelecimento não constam casas destinadas à moradia dos africanos livres, o que indica que eles, além de comer e trabalhar com os escravos, provavelmente, também dividiam com eles a senzala.

<sup>6</sup> Para análise teórica que argumenta haver compatibilidade entre a exploração do trabalho escravo e a acumulação de capital ver Maria Sylvania de Carvalho Franco, “Organização social do trabalho no período colonial”, in Paulo Sérgio Pinheiro (org.),

Para além da abordagem teórica há fortes evidências de que durante o império províncias como Minas Gerais, por exemplo, sediaram inúmeras fábricas de diferentes ramos que empregavam escravos. A presença de mão-de-obra escrava empregada na produção fabril também já foi anotada para a Corte.<sup>7</sup>

No que diz respeito à fábrica de ferro São João de Ipanema, a profusão de evidências sobre o emprego da mão de obra escrava remete-nos, não mais à velha discussão sobre a relação entre capitalismo e escravidão, mas ao convívio com uma situação real de emprego de escravos em uma metalúrgica; à análise da relação entre o trabalho escravo na fábrica e as formas de lutas ali desenvolvidas; à relação entre a presença de escravos e de africanos livres, portadores de situação jurídica e portanto, a princípio, de interesses claramente diferentes, no processo de produção fabril; e a construção de uma identidade e solidariedade escrava.

Sabemos que desde o engenho esteve presente uma sofisticada divisão social do trabalho, no processo fabril de organização da produção, e que nela estava inserido o elemento escravo. Nesta divisão social, os homens livres ocuparam funções tecnicamente qualificadas, mas sabemos que, também os escravos ocuparam funções desta natureza.<sup>8</sup>

*Trabalho escravo, economia e sociedade*, (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984), p. 160; quanto à abordagem sobre o trabalho escravo em uma fábrica metalúrgica nos Estados Unidos, ver Charles B. Dew, *Bond of Iron: Master and Slave at Buffalo Forge*, New York, W. W. Norton & Company, 1995. Vendo o engenho enquanto produção fabril moderna e comparando as características da organização da produção fabril na Europa com os engenhos nas colônias, particularmente no Brasil, Edgar de Decca sustenta a idéia de que o “sistema de fábricas” foi uma solução para a organização da produção que voltou-se, fundamentalmente, para o controle do processo de trabalho. Com isso, a organização fabril da produção não representou, exclusivamente, o resultado de imperativos técnicos: ver Edgar Salvadori de Decca, *O nascimento das fábricas*, São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 47; uma clássica abordagem do engenho enquanto experiência fabril é o trabalho de Manuel Moreno Fraginals, *O engenho: complexo sócio-econômico açucareiro cubano*, São Paulo, HUCITEC/Ed. da UNESP, 1987, p. 340.

<sup>7</sup> Para Minas Gerais ver Douglas Cole Libby, “Protoindustrialização em uma sociedade escravista: o caso de Minas Gerais”, in Tamás Szmrecsányi e José Roberto do Amaral Lapa (orgs.), *História econômica da independência e do império*, (São Paulo, HUCITEC, 1996), p. 271; para a Corte ver Luiz Carlos Soares, “A indústria na sociedade escravista: as origens do crescimento manufatureiro na região fluminense em meados do século XIX (1840-1860) in Szmrecsányi e Lapa, e *História econômica*, pp. 283-284.

<sup>8</sup> Ver: Stuart B. Schwartz, *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial (1550-1835)*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p. 95 e passim, também nos engenhos cubanos parece ter havido uma justaposição entre a mão de obra escrava e livres nas atividades produtivas dos engenhos, ver Fraginals, *O engenho*, p. 340.

Na fábrica de ferro São João de Ipanema os escravos, assim como os africanos livres, ocuparam as mais variadas funções no processo de produção, como também em atividades complementares e de apoio: mestre de fundição, mestre moldador, mestre de refino, mestre ferreiro, oficial ferreiro e de fundidor, aprendizes das funções já citadas, carpinteiro, sapa-teiro, enfermeiro, tropeiro, corte de madeira e criação da animais. Como veremos, em situações de perigo, a designação de quem deveria ocupar tais funções nem sempre teve como critério apenas aspectos técnicos, mas também critérios de segurança e controle social da produção. A despeito de procedimentos dos gestores da fábrica, em que combinavam iniciativas voltadas para a organização da produção com aquelas relacionadas ao controle do trabalho, agora nos chama atenção o fato de que, em São João de Ipanema um significativo contingente de escravos ocupava posições produtivas que uma perspectiva estrutural clássica da formação de classe os identificaria como pertencentes à classe operária. Entretanto, se sua “posição de classe”, aparentemente, os deslocava da condição de escravos, vale alertar que esta caracterização não pode basear-se, exclusivamente, nos fatores estruturais.<sup>9</sup>

Além do fato de que aquelas pessoas não vendiam a sua força de trabalho, pois, como sabemos, não era regra do “sistema” que escravos e africanos livres travassem este tipo de relação com seus senhores e arrematantes, sabemos também que, na formação de classe não concorrem exclusivamente elementos estruturais. Cumpre papel fundamental nisto a constituição de uma experiência de luta por interesses comuns, contrários aos de outra classe, e a consciência de classe aparece na forma que estas experiências assumem no plano cultural.<sup>10</sup>

<sup>9</sup> Para as posições ocupadas pelos escravos daquela fábrica, ver: AESP, nº de ordem 5214, Mapa de escravos e africanos livres da fábrica de ferro São João de Ipanema; para as posições clássicas sobre a definição de classe, enquanto uma posição comum ocupada nas relações sociais de produção, ver Erick Olin Wright, *Classe Crise e o Estado*, Rio de Janeiro, Zahar, 1981, pp. 82-90; para uma visão da determinação estrutural de classe, ver Nicos Poulantzas, *As classes sociais no capitalismo de hoje*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p. 216 e *passim*.

<sup>10</sup> Para a noção de classe como uma formação social e cultural, que surge a partir do acúmulo de experiências que contribuem para a formação da identidade de classe, ver Edward P. Thompson, *A Formação da Classe Operária Inglesa*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, pp. 10-12; para um debate com Thompson sobre a formação da classe operária inglesa ver Eric J. Hobsbawm, *Mundos do Trabalho (novos estudos sobre história operária)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, P. 254-255; também, Perry Anderson, *Teoria, política e História: um debate com E. P. Thompson*, Madrid, Siglo Vientiuno, 1985, pp. 50-51 e *passim*.

Voltemos à fábrica São João de Ipanema. Tudo indica que em 1828, quando o referido documento chegou às mãos do presidente da província, a mão de obra daquele estabelecimento era composta majoritariamente por escravos, que mais tarde foram dando lugar aos africanos livres. Portanto, foi representando uma parcela numérica e funcionalmente indispensável da força de trabalho da fábrica que o referido requerimento chegou às mãos do presidente da província de São Paulo.

### **Comida Escrava : uma questão política**

A leitura desse requerimento nos indica que aqueles escravos acreditavam que havia deveres da administração da fábrica para com eles que vinham sendo sistematicamente descumpridos. Como escreveram, enquanto eles estavam “continuando sempre com o serviço”, a administração não lhes fornecia a roupa e alimentos devidos. Acreditavam também que este era um forte argumento a ser apresentado ao presidente da província, como veremos.

Os “deveres” dos senhores para com os seus escravos, ao menos aqueles que foram tradicionalmente preconizados por alguns dos representantes mais notáveis da Igreja desde a colônia, são identificáveis, por exemplo, no famoso texto originado nos sermões do jesuíta Jorge Benci, *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*, publicado em 1705. Benci pregava que a sociedade escravista deveria ter como fundamento a sujeição aos senhores e pronta disposição ao trabalho da parte dos escravos, cabendo àqueles ordenar o trabalho destes e fornecer-lhes o sustento e os castigos necessários à manutenção da produção e da ordem social. Sem deixar dúvida, ele soube sintetizar muito bem a unidade do que deveria funcionar como um compromisso mútuo: “o servo por dever ao seu senhor todas as obras de seu serviço, o não possa granjear para si, obriga que lhe dê o senhor”.<sup>11</sup>

Benci, portanto, apontava como um dos deveres fundamentais dos senhores o fornecimento do alimento necessário ao sustento dos seus escravos, afirmando ainda que se não o fizessem, deveriam dar-lhes “o tempo suficiente [e esse distinto dos domingos e dias santos] em que possam granjear”.<sup>12</sup> Na hipótese de que os senhores não dispusessem

<sup>11</sup> Jorge Benci, *Economia Cristã dos senhores no governo dos escravos*, São Paulo, Grijalbo, 1977, p. 54.

<sup>12</sup> Benci, *Economia Cristã*, p. 59.

dos meios para fornecer aos escravos o alimento, deveriam permitir-lhes que cultivassem-no por conta própria. Recomendava ainda que os senhores dispensassem seus escravos do trabalho nos domingos e nos dias santos.<sup>13</sup>

Outra publicação do início dos setecentos nos confirma que estas preocupações não estavam presentes apenas nas pregações de Benci. Antonil argumentava que se os senhores quisessem uma lucrativa produção escrava, deveriam combinar adequadamente o castigo físico, visto como indispensável, com o fornecimento das vestes e do alimento necessário. Ele assim reforçava a noção, já presente em Benci, de que aos escravos deveria ser permitido, em situações especiais, utilizarem um dia de trabalho para que plantassem suas próprias roças. Também para ele um idéia básica era: "a quem o serve deve o senhor, de justiça, dar suficiente alimento na doença e modo com que se cubra".<sup>14</sup> Pelo que tudo indica, este tema foi alvo de outros "sermões" e publicações e, mais que prática corriqueira, a concessão de um dia de trabalho para que os escravos plantassem suas próprias roças, chegou a ser lei.<sup>15</sup>

Pouco tempo depois, no final do século XVIII, após descrever algumas dificuldades por que passava a produção escravista no Recôncavo baiano, Vilhena afirmou que "a falta de governo econômico dos senhores é a causa primeira donde provém todos os males, não só aos escravos, como aos mesmos senhores, que em breve tempo os perderam consumidos de trabalho, fome e açoites".<sup>16</sup>

Assim como há inúmeras evidências de que muitos senhores submeteram seus escravos a sérias privações, há também evidências de que ao longo do Setecentos e início do Oitocentos, uma parcela considerável de proprietários buscou praticar algo que poderíamos considerar muito próximo do "governo econômico dos senhores" a que se referia Vilhena. Não apenas como mais uma regra de tratamento dos escravos, mas como um eficaz mecanismo de controle social e de demarcação das relações escravistas.

As relações de dependência entre senhores e escravos no Brasil, estudadas por Gilberto Freyre, levaram-no a argumentar sobre a existência

<sup>13</sup> Sobre a necessidade de respeito aos domingos e feriados como dias de folga ver Benci, *Economia Cristã*, p. 58.

<sup>14</sup> João André Antonil, *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1982, p. 90.

<sup>15</sup> Para a regulamentação de um dia de trabalho por semana para que os escravos plantassem sua própria roça ver Stuart B. Schwartz, *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p. 126; Lara, *Campos da violência*, p. 44.

<sup>16</sup> Luis dos Santos Vilhena, *A Bahia no século XVIII*, Salvador, Itapuã, 1969, vol. 1, p. 186.

de um “patriarcalismo”. No entanto, carregando nas tintas, ele fundou uma leitura da escravidão como harmônica, que distorce sua realidade social e política.<sup>17</sup> Hoje sabemos que durante aquele período, tanto houve escravos que se rebelaram, que fugiram e participaram de quilombos, ou ainda evitaram cumprir as tarefas que lhes foram impostas, como houve os que, de alguma forma, reforçaram as expectativas senhoriais na sua obediência e dedicação ao trabalho, fazendo isto em busca da alforria e, na impossibilidade desta, alguns o fizeram na busca de melhores condições de vida sob a escravidão. A presença dos escravos nos negócios da escravidão chegou às próprias transações de compra e venda, demonstrando que alguns deles realmente interferiram nas transações em que estavam envolvidos Sidney Chalhoub destacou que

Na realidade, as fontes analisadas indicam que — para além das formalidades legais com as procurações e as escrituras — os negócios de compra e venda de escravos ocorriam num universo de possibilidades e de práticas sociais que havia instituído um espaço de participação ou de opinião do cativo em tais transações. Essa participação mesmo que incerta e delimitada pelas relações de classe numa sociedade profundamente desigual, tinha regras e lógicas consagradas pelo costume.<sup>18</sup>

Em outras situações, puniram seus senhores por não cumprirem o que entendiam ser suas obrigações. Foi o que fez o escravo Gregório que, acusado de assassinar o senhor, ao depor em Campinas, São Paulo, afirmou que o senhor “só dava uma muda de roupa por ano; que só dava almoço e jantar isto em pouca quantidade; que não lhe permitia plantar e nem criar e que proibindo-os ultimamente de trabalhar para vizinhos lhes remunerava muito mal o trabalho dos domingos”.<sup>19</sup>

<sup>17</sup> Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*, Rio de Janeiro, José Olimpio, 1961.

<sup>18</sup> Chalhoub, *Visões da liberdade*, p. 68-69. Ver também Lara, *Campos da Violência*, p. 45 e *passim*

<sup>19</sup> Ver Maria Helena P.T. Machado, “Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão”, in *Revista Brasileira de História*, vol. 8, nº. 16 (1988), p. 148; houve também situações em que alguns escravos recorreram às autoridades imperiais até para resolver problemas da sua própria comunidade. Foi o caso dos negros da Nação Cassange que em 1831 recorreram à polícia da Corte para que esta intervisse na disputa travada entre eles para a ocupação do cargo de Rainha, cf. Leila Mezan Algranti, “Costumes afro-brasileiros na Corte do Rio de Janeiro: um documento curioso” *Boletim do Centro de Memória da UNICAMP*, 1, (1989), pp. 17-21.

Segundo Genovese, no sul escravista norte-americano, os senhores lançaram mão de práticas semelhantes às recomendadas por Benci, Antonil e Vilhena, buscando construir uma rede de reciprocidade com os escravos, voltada para o exercício da sua hegemonia de classe — onde ele identificou a existência de um “paternalismo” — que, por outro lado, era contestada e/ou manipulada pelos escravos através de experiências oriundas neste mesmo universo de relações de reciprocidade.<sup>20</sup> Já em Cuba, quando em 1880 entrou em vigor a lei do patronato, que mantendo algumas características básicas da escravidão, introduzia e/ou regulamentava as várias obrigações entre os patronos [ex-senhores] e os patrocinados [ex-escravos], surgiu uma novidade: agora, se fosse comprovada a acusação de que o patrono não cumpria adequadamente o compromisso de vestir e alimentar o patrocinado, ser-lhe-ia concedida a liberdade, o que chegou a ocorrer.<sup>21</sup>

Com estas evidências podemos identificar, em diversos períodos, a provável existência no interior de importantes setores das elites escravistas da noção de que a relação entre senhores e escravos pressupunha compromissos mútuos, entre os quais o fornecimento pelos senhores de comida de boa qualidade e em quantidade.

Para o Brasil evidências sobre isso podem ser encontradas, por exemplo, no transcurso dos debates travados pela elite política imperial em torno da escravidão brasileira e do destino que teriam os escravos, em decorrência dos tratados internacionais proibindo o tráfico. Destaquemos, a fala de Maciel da Costa, um renomado representante das elites escravistas, durante os debates na Assembléia Constituinte de 1823, em torno da extensão do direito de cidadania para os forros. Na sua opinião, era esta a origem e natureza das relações entre senhores e escravos: “...recebemos os escravos que pagamos, tiramos deles o trabalho que dos homens livres também tiramos, dando-lhes o sustento e a proteção compatível com o seu estado; está fechado o contrato”.<sup>22</sup>

A atitude dos escravos da fábrica São João de Ipanema, ao recorrerem a um representante da coroa imperial, buscando continuar a negociação

<sup>20</sup> Eugene Genovese, *A Terra Prometida: o mundo que os escravos criaram*, Rio de Janeiro/Brasília, Paz e Terra/CNPq, 1988, pp. 22-24.

<sup>21</sup> Rebecca J. Scott, *Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860-1899*, Rio de Janeiro/Campinas, Paz e Terra/Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1991, p. 187; Rebecca J. Scott, “Abolição gradual e a dinâmica da emancipação dos escravos em Cuba, 1868-1866”, *Estudos econômicos*, vol. 17, n° 3 (1987), pp. 457-485.

<sup>22</sup> *Anais do Parlamento Brasileiro. Assembléia Constituinte de 1823*, tomo V, Rio de Janeiro, p. 264.

estabelecida inicialmente com a administração da fábrica, não constitui, de forma alguma, um sinal de capitulação escrava. Ela expressa um momento de maturação das relações travadas entre eles, que se desdobrou em uma ação política aparentemente planejada. Quando eles se dirigiram ao presidente da província, fosse porque não recebiam com a devida regularidade a alimentação ou porque não a consideravam satisfatória, os escravos fizeram uma descrição do que deveria ser a sua dieta alimentar e assim conferiram ao referido documento originalidade, pois descrições deste gênero não são muito comuns nos arquivos. Registraram, portanto, que deveriam receber, por semana, uma porção de feijão, toucinho e farinha ou, na hipótese da falta do feijão, deveriam receber uma porção de carne.

Câmara Cascudo, em clássico trabalho sobre alimentação no Brasil, afirma que o binômio feijão e farinha governa o cardápio brasileiro desde a primeira metade do século XVII, e que o “feijão acompanhava a farinha e ambos aos peixes, salpresos ou frescos, servidos nas refeições de rotina e para a carne de gado ou rara caça”.<sup>23</sup> Para o final do século XVIII, Vilhena nos informa que era comum fornecer aos escravos farinha e três libras e meia de carne salgada para dez dias.<sup>24</sup>

Dieta aparentemente mais atraente tiveram os escravos e africanos livres da Casa de Correção da corte, se foi aceita uma proposta de fornecimento de gêneros apresentada em 1835. Nos dias de serviço, ela propunha uma ração composta de carne seca, farinha, arroz, toucinho, e carne verde para o jantar. Para os doentes mate com açúcar e pão no almoço, carne seca e arroz no jantar, tudo ao preço de cento e quarenta réis por diária individual. Mesmo sem saber se tiveram realmente acesso a este cardápio, podemos conhecer uma descrição que, em se tratando de uma proposta de prestação de serviço apresentada por um particular a uma repartição pública, poderia estar muito próxima dos termos ideais da dieta escrava.<sup>25</sup>

O fato é que muitas vezes as informações oriundas do universo senhorial precisam ser filtradas. Numa tese de medicina de 1835, Reinhold Teuscher, por exemplo, que pesquisou 900 escravos de cinco fazendas de Cantagalo, na Corte, durante o final dos anos 40 e início dos 50 do século

<sup>23</sup> Luis da Câmara Cascudo, *História da Alimentação no Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978, p. 103.

<sup>24</sup> Vilhena, *A Bahia*, p. 186.

<sup>25</sup> Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ), Documentação Identificada, GIF1, Ref. 6 d 138, Proposta de fornecimento por seis meses, de gêneros para os escravos e africanos livres da Casa de Correção, 13 de março de 1835.

XIX, afirmou que a comida servida aos escravos era abundante e que cada um comia a quantidade que desejasse. O almoço era composto de angu de farinha de milho, feijão bem temperado com toucinho e, de dois em dois dias, era servida carne seca. Na ceia era servida canjica. Teuscher, que estudou as condições sanitárias em que viviam os escravos, não observou qualquer relação destas com as doenças entre eles diagnosticadas, ou das doenças com a quantidade e a qualidade dos alimentos consumidos.<sup>26</sup>

Entretanto, opinião bem diferente seria defendida, na mesma faculdade onde Teuscher defendera sua tese, poucos anos depois, em 1842, por David Jardim. Ao enumerar as causas das doenças dos escravos ele apontou, entre as primeiras, a alimentação, especialmente por ser composta “unicamente de substâncias feculentas, em pequena quantidade, e mal preparada”. Ele ainda afirmou que havia pouca variação, sendo a dieta diária composta de feijão e milho, servindo-se a mandioca na falta deste último. O feijão era preto, cozido com gordura de porco, o que nem sempre ocorria, pois não raro comiam-no apenas com água e sal. David Jardim constatou que havia senhores “em cujas fazendas são os escravos mortos a fome”. Assim, “por sua própria indústria, com o intuito de variar o alimento, servem-se os negros de substâncias emolientes, como o caruru”, ressaltando que “este privilégio porém não é concedido a todos”.<sup>27</sup>

Vale observar que o caruru a que se refere Jardim pode não ser o famoso *caruru da Bahia* Cascudo afirma que o nome já era utilizado tanto na África Ocidental como Oriental como *Calulu*, e que em alguns países era conhecido por outros nomes, como *fungi* de peixe em Luanda, *obbé* na Nigéria e Daomé, todos estes substituídos pelo caruru brasileiro, que

<sup>26</sup> Reinold Teuscher, “Algumas considerações sobre estatística sanitária dos escravos em fazendas de café”, Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 22 de julho de 1835. Agradeço a Jaime Rodrigues, doutorando da UNICAMP, esta referência e da tese mencionada na nota 27; Aliás, a idéia de que os escravos eram bem alimentados voltaria a ser mais tarde defendida por Freyre, que chegou a afirmar que, em decorrência da necessidade de serem recompostos do árduo trabalho agrícola, eles eram “com todas as deficiências do seu regime alimentar, o elemento melhor nutrido em nossa sociedade patriarcal”, sendo sua abundante dieta composta de milho, toucinho e feijão, ver Freyre, *Casa Grande*, p. 60

<sup>27</sup> David Gomes Jardim, “Algumas considerações sobre a higiene dos escravos”, Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1847; Quanto ao uso do sal, Cascudo argumenta sobre sua pouca importância para os índios brasileiros e introdução do comércio de sal na África a partir do contato com os brancos, Cascudo, *História da alimentação*, p. 132; sobre o valor simbólico do sal, ver Robert W. Slenes, *Na senzala, uma flor: [as esperanças e as recordações] na formação da família escrava*, [mimeo.], p. 27.

ele definiu como a “erva [caá] muciliginosa [ruru] que os negros minas empregavam nesse guisado composto de legumes e peixe de fumeiro, cozidos em azeite de dendê e fortemente apimentado”. Ele também afirma que o caruru fazia parte da alimentação dos escravos no Rio de Janeiro, só que o “o caruru tal como conhecemos atualmente é prato africano, mantendo a denominação indígena mas com outro e bem diverso conteúdo, galinha, peixe, carnes, crustáceos. O caruru indígena, continha unicamente ervas batidas ao pilão”.<sup>28</sup>

Segundo o ex-escravo Mariano Pereira Santos, em depoimento colhido recentemente em Curitiba, os escravos passavam frio e o trabalho era muito penoso “enfrentando tudo quanto era serviço. Passando fome”.<sup>29</sup> Já o depoimento de uma ex-escrava brasileira chamada Maria informa que comiam “arroz, feijão, carne e comia só comida assim”.<sup>30</sup> A dieta deve ter mudado no tempo e no espaço, sobre ela devem ter agido as mudanças de conjuntura econômica, assim como as pressões escravas desde seus interesses e valores culturais. Há indícios por exemplo, de que no Rio Grande do Sul eles comiam carne, cereais e legumes, e em Minas Gerais carne de porco, farinha de milho e feijão. Em São Paulo e no Rio de Janeiro os escravos consumiam principalmente fubá, farinha de mandioca e carne fresca e no nordeste carne seca e farinha de mandioca. Por outro lado, há informações de que no Rio, a alguns escravos de fazendas eram fornecidos legumes, arroz e ocasionalmente frutas, sendo atribuída a tais diferenças a maior incidência de certas doenças.<sup>31</sup>

É provável, também, que em determinadas situações, o momento da alimentação significasse um espaço de socialização, diálogo e convívio da população escrava. Slenes, apontando para o caráter simbólico da

<sup>28</sup> Luis da Câmara Cascudo, *A cozinha africana no Brasil*, Luanda, Publicações do Museu de Angola, 1964, p. 14.

<sup>29</sup> Mário Maestri Filho, *Depoimentos de escravos brasileiros*, São Paulo, Ícone, 1988, p. 28; a mesma entrevista em Fernando Figueira de Mello, “Memória de Mariano Pereira dos Santos, ex-escravo”, in *Trabalhadores*, Publicação da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo de Campinas, 1989, pp. 20-24.

<sup>30</sup> Maestri Filho, *Depoimento*, p. 49

<sup>31</sup> Baseando-se em teses apresentadas às faculdades de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro no final do século XIX, Kiple atribui a maior incidência de beriberi em determinadas regiões às diferenças alimentares: ver Keneth F. Kiple, “The Nutritional Link with Slave Infant and Child Mortality in Brazil”, *Hispanic American Historical Review*, vol. 69, n° 4 (1989), pp. 677-690; para as informações sobre o Rio de Janeiro, e outras sobre comida escrava ver Schwartz, *Segredos Internos*, p. 127 e *passim*; também Slenes, *Na senzala, uma flor*, p. 22 e *passim*.

ausência do sal na alimentação de alguns escravos acabou por destacar, também, a dimensão cultural dos momentos das refeições

A comida desempenhava em papel na cultura escrava além do seu valor nutritivo. Ela tinha uma enorme significância cultural e ideológica: a escolha de comidas específicas e meios específicos de preparo envolvia questões [que eram] de uma importância crucial para o sentido de identidade dos escravos.<sup>32</sup>

Por outro lado é razoável supor que também os senhores utilizassem estes momentos para estabelecer um diálogo mais estreito com todos os seus escravos. Podemos encontrar algo assim no relato de um ex-escravo da Luisiana, nos Estados Unidos, segundo o qual as refeições, sendo feitas em comum, transformavam-se nas únicas oportunidades em que o senhor “podia contar com todos os pretos”, pois “quando o sino dizia ‘venha comer’ todo mundo ia”.<sup>33</sup>

Voltemos a Sorocaba, província de São Paulo, para conhecermos uma descrição da dieta alimentar dos escravos da fábrica de ferro São João de Ipanema, esta de 1848. Em atendimento a uma orientação da administração foi confeccionada pela guarda dos armazéns daquele estabelecimento uma “Tabela de Gêneros e Quantidades”,<sup>34</sup> descrição da alimentação básica fornecida naquele ano aos escravos. Ela era composta de feijão, toucinho e fubá. Nos domingos e quartas-feiras o jantar levava carne fresca. Para os escravos mais idosos e para os doentes o fubá era substituído por farinha

<sup>32</sup> Charles Joyner, *Down by the Riverside: A South Carolina Slave Community*, Illinois, University of Illinois Press, 1984, pp. 91-106, apud Slenes, *Na senzala, uma flor*, p. 26-27.

<sup>33</sup> Genovese, *A Terra Prometida*, p. 448. Slenes menciona a existência de fogões comunitários, e em alguns casos familiares, havendo assim a possibilidade de maior autonomia escrava, se não sobre a quantidade, ao menos sobre o seu preparo, ver Slenes, *Na senzala, uma flor*, p. 24. Tudo indica que na sociedade escravista americana a comida fazia parte do sistema de compensações. Lá, alguns senhores, em situações especiais e sem abrir mão do uso do açoite quando considerado necessário, chegaram a promover jantares para os escravos, oferecendo-lhes presentes, mesmo gratificações em dinheiro, pela realização de tarefas consideradas prioritárias, ver Genovese, *Ibid*, p. 473. A importância da alimentação escrava para a organização da produção talvez possa ser mensurada por essa canção dos escravos da Florida, citada por Genovese, (p. 226).

Não me importa trabalhar de sol a sol  
Se me deram meu jantar  
Quanto for hora de jantar.

<sup>34</sup> AESP, nº de ordem 5215, Tabela de gêneros e quantidades que compunham as rações diárias para sustento de escravos, e africanos ao serviço desta fábrica.

de milho, provavelmente mais grossa. Na hipótese da falta de fubá, o que ocorria quando o moinho não podia operar, no início da semana era entregue a cada um dos escravos a porção correspondente de milho para que fizessem, de acordo com sua vontade, farinha ou canjica. De acordo com as circunstâncias, substituía-se o feijão por arroz com casca, tanto na alimentação dos doentes como dos demais. Caso ocorresse falta simultânea de feijão e carne, servia-se no almoço angu e no jantar carne fresca. Se 20 anos antes a situação fosse esta, talvez não tivesse sido escrita aquela carta-queixa ao presidente da província de São Paulo.

Em 1828, após dialogar em vão com a administração da fábrica São João de Ipanema foi que os escravos recorreram ao presidente da província. Esta iniciativa fez com que ele solicitasse esclarecimentos da parte do administrador. Em 3 de abril de 1828, José Martins da Costa Passos, provavelmente o responsável pelo armazém daquele estabelecimento, noticiou a seu diretor geral que a escassez de alimentos que vinha ocorrendo se dava porque não havia dinheiro suficiente para comprá-los na mão daqueles que vendiam trazendo-o até ali, e como também não havia animais de carga que pudessem ser empregados para a compra destes alimentos na vila, ele fora obrigado a determinar um racionamento “à proporção dos gêneros comestíveis que existissem”.<sup>35</sup> A partir dessas justificativas de José Passos, podemos supor que apesar das iniciativas dos escravos, em especial o recurso ao presidente da província, eles não conseguiram melhorias imediatas no fornecimento da alimentação.

Pelo requerimento é fácil perceber que, além de buscar o ressarcimento da comida e vestuário não recebidos, os escravos tentaram transformar radicalmente as relações mantidas com a administração da fábrica. Argumentaram que era “penoso” trabalhar “sem folha do serviço só por moléstia”, ou seja, sem receber qualquer pagamento e sujeitos a doenças, apresentando, assim, a reivindicação de uma remuneração pelo trabalho realizado. Todavia, aparentemente cientes da enorme possibilidade de não conquistarem a “folha de serviço”, reivindicaram para os que trabalhavam no corte de madeira “uma pequena quantia” pelos dias santos e domingos trabalhados.

O recebimento de pequenas quantias parece não ter sido muito incomum nas relações escravistas, o próprio caso do escravo que matou o senhor, anteriormente citado, é um exemplo disto, principalmente no caso de escravos particulares. A possibilidade de que tivessem dialogado com a direção do estabelecimento também não é alarmante. O que

<sup>35</sup> AESP, nº de ordem 5213, Ofício de José Martins da Costa Passos ao Diretor e Administrador Geral da fábrica de ferro São João de Ipanema, 3 de abril de 1828.

realmente salta aos olhos é a habilidade com que amalgamaram as reivindicações específicas de cada segmento de trabalhadores da fábrica, subsumindo-os na reivindicação geral do conjunto de escravos, exercendo uma ação comum. Além disso, vale ressaltar que, quando recorreram a um representante da coroa hierarquicamente superior à administração da fábrica, buscaram colocar no cenário da disputa um novo protagonista. Apesar de tudo isto, a partir das justificativas de José Passos, podemos supor que, eles não conseguiram melhorias imediatas no fornecimento da alimentação. Quanto à “folha do serviço”, sintomaticamente, não encontramos qualquer referência por parte da administração, ou da presidência da Província, indício de que também essa reivindicação não foi conquistada.

## Identidade e luta escrava em Sorocaba

A primeira vista parece que, constatada a inviabilidade de, naquele momento, conseguirem alcançar as suas reivindicações através de negociação com a administração da fábrica e com a presidência da província, não ocorreu aos escravos da Ipanema outra alternativa. O fato é que não encontramos naquele mesmo ano qualquer evidência de que aqueles escravos tivessem empreendido fugas, fossem individuais ou coletivas, ou ainda tentativas de revoltas que viessem de alguma forma mais direta estar relacionadas com as reivindicações daquele requerimento. Não encontramos nem mesmo indícios sobre seus possíveis planos.

A expectativa de que as formas de luta daqueles escravos fossem compatíveis com o que nos acostumamos a ver como lutas operárias pode não ser de todo frustrada, mas devemos considerar que as formas de luta escrava variaram de acordo com a situação política em que se encontravam e com as diferenças internas de cada grupo. Por outro lado, os fatores que levaram à deflagração de revoltas também variaram bastante. Devemos considerar que, via de regra, para construir suas estratégias de rebeldia os escravos não se restringiram à lógica senhorial, mas se basearam, em suas próprias referências, em aspectos do seu próprio cotidiano e nas condições políticas presentes na sociedade.<sup>36</sup>

<sup>36</sup> Sobre as diferentes formas de luta escrava no Brasil ver João José Reis, “Quilombos e Revoltas escravas no Brasil”, *Revista da USP*, nº 28 (1995-96), pp. 15-39; sobre fatores que levaram a revoltas escravas, sobretudo no Caribe, ver Eugene Genovese, *Da rebelião à revolução: as revoltas de escravos negros nas Américas*, São Paulo, Global, 1983, p. 33-34; para a combinação de diferentes condicionantes em uma revolta de escravos no Brasil ver João José Reis, “O Levante dos Malês: uma interpretação política”, in Reis e Silva, *Negociação e Conflito*, pp. 99-122; para a combinação de formas de resistência ver também Gomes, *Histórias de quilombolas*, pp. 150-151, 272-273, por exemplo.

Continuando a acompanhar os escravos da Ipanema nos anos posteriores a 1828, vamos perceber que houve mudanças, principalmente nas suas ações e no clima político, tanto no interior da fábrica quanto naquela região de Sorocaba. Muitos deles fugiram, individualmente ou em pequenos grupos, e aquilombaram-se nas imediações, começando a desenvolver relações de troca e apoio, entre si e com alguns moradores das vizinhanças. Supomos que já que não houvera mudança nas condições dentro da fábrica, os escravos começaram a tomar outras iniciativas.

Já nos primeiros anos da década de 30, encontramos evidências de que a mobilização continuava a existir dentro da própria fábrica e que os escravos continuavam com pretensões tão audaciosas quanto as de 1828. Em 1835 foi descoberta uma conspiração daqueles escravos e João Bloem, então administrador da fábrica, enviou ao presidente da província uma “Relação dos escravos cabeças de desordem projetada neste estabelecimento”.<sup>37</sup> Nesta relação ele fazia uma descrição dos escravos que fugiram, assim como dos objetos que tinham sido levados na fuga, aproveitando para alertar que os fugitivos sempre “andam juntos”. Os escravos tinham projetado o “rompimento de desordens” mas de uma maneira que infelizmente não temos conhecimento, foram descobertos e às duas horas da tarde do dia 21 de abril tiveram seu plano desbaratado. Cinco dos “cabeças” conseguiram fugir, tendo sido preso apenas Florêncio Calabar, um “incorrigível [...] valentão”. Entre os fugitivos estava Marcelino de Castro, que por já ter fugido antes encontrava-se, naquele momento, trabalhando com um ferro grosso no pescoço. Outro fugitivo era Victor, cabra que usava cabelos compridos e penteados, que foi dos primeiros a chegar ali, só que “desde que há escravos na fábrica, fugiu quatro vezes”.<sup>38</sup>

Parece que os cinco fugitivos de abril de 1835 não eram os únicos “cabeças”. Menos de dois meses depois, mais precisamente na noite de 24 para 25 de maio, ocorreu um nova fuga coletiva, sendo que desta vez quatro dos fugitivos eram recém chegados àquele estabelecimento e estavam trabalhando no corte de madeira.<sup>39</sup>

Há outras evidências de fugas, tanto individuais como coletivas, na história da fábrica de ferro Ipanema e em particular durante este período. Em fevereiro de 1836, ele relatou ao presidente informações obtidas sobre

<sup>37</sup> AESP, nº de ordem 5214, Relação dos escravos cabeças de desordem projetada neste estabelecimento, 20 de abril de 1835.

<sup>38</sup> AESP, nº de ordem 5214, Ofício do administrador da fábrica São João de Ipanema ao presidente da província de São Paulo, 20 de abril de 1835.

<sup>39</sup> AESP, nº de ordem 5214, Relação dos escravos fugidos na noite de 24 para 25 de maio de 1835.

alguns escravos fugidos, as condições em que se deram as fugas e onde supunha que se encontrassem.<sup>40</sup> Neste relato ele daria destaque ao fugitivo Henrique que, segundo afirmava, tinha sido “seduzido” a fugir porque sendo um dos únicos oficiais de refino disponíveis e estando o outro oficial internado no hospital da fábrica, a intenção dos “sedutores” era a fábrica “não continuar com o refino”. Bloem acreditava que a falta de mão-de-obra especializada por que passava o estabelecimento era explicada pelo fato de que aos escravos treinados “não falta quem consinta para fugir”.

As dificuldades enfrentadas pelo administrador para garantir a produção não paravam por aí. Mesmo se os recursos utilizados pelos escravos para justificarem sua ausência no trabalho lhe parecessem fraudulentos, ele não conseguia inviabilizá-los. Por exemplo, muitos dos escravos que estavam no hospital já poderiam ter tido alta, mas este continuava “cheio de doentes um de golpes de machado dados de propósito, outros botam alho para fazer uma pequena rachadura em ferida [...], outros amarram cinco na perna para abrir ferida e tudo segundo consta de escravo bom e verdadeiro tava inimigo pela sociedade dos Perea, França, Benjamin e Coelho” assim, o administrador continuava a identificar as pessoas que conspiravam contra o bom funcionamento da metalúrgica.<sup>41</sup>

Bloem achava ainda que o cirurgião não vinha curando os escravos com a devida rapidez, justamente para que não voltassem ao trabalho. Ele estava convencido de que, na prática, o cirurgião “pouco ou nenhum benefício faz aos escravos de contrário como vive de harmonia com a sociedade...”, para ele, portanto, até o cirurgião estava articulado com os conspiradores.<sup>42</sup> Mais de uma vez Bloem se referiu à existência de uma “sociedade” de “maus vizinhos” e denunciou o fato de suas ramificações passarem pelos diversos setores da produção dentro da fábrica.

O administrador constatava, portanto, que vinha ocorrendo um crescimento na capacidade de persuasão dos escravos fugidos e seus aliados pois, enquanto alguns escravos tidos como indispensáveis à produção tinham sua fuga facilitada, outros, tidos como leais e trabalhadores, simulavam doenças para ficarem internados no hospital, para isto contando com a cumplicidade do cirurgião. Bloem lastimava, “escravo bom e verdadeiro tava inimigo”.

<sup>40</sup> AESP, nº de ordem 5214, Ofício do administrador da fábrica ao presidente da província de São Paulo, 24 de fevereiro de 1836.

<sup>41</sup> AESP, nº de ordem 5214, Idem.

<sup>42</sup> Idem.

Criou-se um clima de insegurança na fábrica que não estava descolado da conjuntura política geral. “Os exemplos de sublevação e insurreição têm sido abundantes entre os escravos particulares, muito mais entre os desta fábrica, que muito são atçados para este fim”.<sup>43</sup> Era rotineira, nas suas avaliações, a observação de que os escravos da fábrica estavam sendo permanentemente “atçados” pelos “maus vizinhos”. Lembremos que aí estavam inclusos alguns homens livres e os escravos da fábrica que tinham fugido e se aquilombado por ali. Escravos, quilombolas e livres tinham construído toda uma rede de relações de solidariedade que podia ser vista pelos membros da elite proprietária e pela administração da fábrica como uma verdadeira “sociedade” conspirativa, que transmitia confiança aos escravos, propiciando-lhes condições de resistência e fuga, enquanto causava crescentes transtornos à administração da fábrica e demais senhores da região. A experiência de construção, por quilombolas, de extensas redes de solidariedade já foi destacada por Gomes, tanto para o recôncavo da corte, quanto para a região de Macapá.<sup>44</sup>

As ações escravas foram muitas vezes empreendidas em aliança com os africanos livres. Aliás, muitos dos escravos também eram africanos e, como vimos anteriormente, tudo leva a crer que todos eles trabalhavam lado a lado, partilhavam a mesma alimentação, vestuário e moradia. Além disso, é provável que os africanos livres estivessem informados dos “seus direitos” e mesmo da coincidência de alguns destes com os dos escravos pois, em junho de 1835, o governo baixou instruções a respeito dos africanos mandados para a Ipanema de que na sua chegada à fábrica um juiz deveria fazer-lhes conhecer, “por meio de interprete, que são livres e que vão servir em compensação do sustento, vestuário, e tratamento”.<sup>45</sup>

Desde 1828 até a construção da “sociedade” a unidade de ação escrava esteve informada pela diversidade deste complexo leque de segmentos sociais que compunham a população afro-brasileira, claro que, neste caso em particular, isto se dava de acordo com as especificidades locais. A identidade escrava se sobrepunha ao tensionamento em torno da identidade específica, jurídico-política (escravos, quilombolas e africanos

<sup>43</sup> AESP, nº de ordem 5214, Ofício do administrador da fábrica ao presidente da província de São Paulo, 16 de março de 1836.

<sup>44</sup> Gomes, *Histórias de Quilombos*, p. 43 e passim; para a região de Macapá ver Flávio dos Santos Gomes, “Em torno dos bumerangues: outras histórias de mocambos na Amazônia colonial”, in *Revista USP*, nº 28 (95-96), pp. 48-9.

<sup>45</sup> Aviso dando providências a respeito dos africanos livres mandados para a fábrica de ferro São João de Ipanema, Ministério da Justiça, 6 de junho de 1835, *Coleção de Leis do Império*, Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1878.

livres), ocupacional (trabalhadores do mato, trabalhadores da fábrica, etc.), ou étnica (minas, congos, angolas, benguelas cacondo, entre várias outras). Na *interpretação política* do levante dos malês na Bahia, Reis demonstrou como classe, etnia e religião se combinaram fundando as condições para o maior levante escravo ocorrido no Brasil imperial. Na mobilização ocorrida na fábrica de Ipanema, combinaram-se elementos de natureza política: escravos trabalhadores em uma fábrica de ferro, quilombolas e africanos livres, uma soma que se mostrou, ao menos naquela oportunidade, bastante explosiva.<sup>46</sup>

Bloem tinha alguma clareza sobre a capacidade dos escravos de reunir este conjunto de grupos étnicos e ocupacionais, da sua importância nas ações conspirativas, no boicote à produção e, provavelmente, numa rebelião. Ele buscava se precaver contra ela e “para que os maus vizinhos não tenham mais influência sobre os pretos que trabalham no carregamento dos fornos altos, apliquei libertos [...] que estes será difícil ouvirem tais indivíduos e isso apesar de me causar mais trabalho”<sup>47</sup> informava ele ao presidente da província.

Nesta oportunidade, prevenindo-se contra a influência dos maus vizinhos sobre os escravos e suas consequências para a produção da fábrica, ele evitou manter estes últimos ocupados em tarefas essenciais. Entretanto, observem, não tinha certeza quanto a eficácia da medida, pois considerava “difícil” que os libertos ouvissem “maus conselhos”, poderíamos complementar: difícil mas não impossível.

Mesmo que às vezes os africanos livres sejam identificados pela historiografia, confusamente, como libertos, ou apenas como africanos, na documentação originada na administração da fábrica eles são chamados quase exclusivamente de africanos livres. Com raríssimas exceções são também chamados de africanos. Além disso, sabemos que na fábrica também eram empregados trabalhadores livres, sendo portanto bastante plausível deduzirmos que os homens empregados nos fornos altos em substituição aos escravos fossem realmente libertos. Esta hipótese ganha consistência se levarmos em consideração que, certamente, a administração da fábrica estava ciente dos riscos que correria se naquela conjuntura pusesse africanos livres para substituir os escravos em tão importantes atividades. Mesmo se comprovada a hipótese, aparentemente remota de

<sup>46</sup> Para a idéia da formação de classe enquanto resultado de lutas e experiências comuns, ver Thompson, *A formação da classe operária*; para escravos proletários, ver Dew, *Bond of Iron*.

<sup>47</sup> AESP, n<sup>o</sup> de ordem 5214, Ofício do administrador da fábrica ao presidente da província de São Paulo, 26 de fevereiro de 1836.

que os homens que substituíram os escravos no carregamento dos fornos altos eram africanos livres, temos uma forte evidência de que o administrador tentou explorar as divisões sociais existentes entre os trabalhadores da fábrica para quebrar sua unidade política e tocar a produção. Conhecendo o processo de produção, os rebeldes concentravam os seus esforços no aliciamento de trabalhadores que ocupavam postos chave, uma demonstração da perspicácia da estratégia política dos quilombolas.

Bloem, entretanto, não conseguiu seu objetivo e além disso, viu a situação piorar a tal ponto que, menos de um mês depois, foi obrigado a alertar o presidente da província de que não se atrevia mais “a ir assistir aos trabalhos da fundição durante a noite, embora ela pare”. E para garantir sua vida, quando anoitecia ele se entrincheirava em casa acreditando que, ali aos escravos iria “custar caro qualquer atentado”, pretendendo se defender “até a última gota de sangue”.<sup>48</sup> A situação era de alta tensão.

Durante este tempo vinha ocorrendo com certa regularidade roubo de gado e de porcos da fazenda do estabelecimento, que o administrador também atribuía aos “maus vizinhos”. Em setembro de 1836 foram recapturados vários escravos fugidos da fábrica entre eles Marcelino Castro, Borba Antônio, Manoel Antônio França, Benedito e Guilherme. França era um dos já citados membros da “sociedade”, os outros quem sabe, alguns dos seus “sócios”, todos acusados por Bloem de viverem nas vizinhanças “com muita fartura”, de feijão farinha e toucinho. Notemos que apesar da menção à “muita fartura” os ingredientes da sua dieta não fugiam aos padrões que já conhecemos. Supomos que a “fartura” se referisse à quantidade, sobre o que, entretanto, não encontramos maiores referências.<sup>49</sup> Faltava ainda capturar vários fugitivos e a administração tinha notícia de que alguns deles se encontravam num quilombo da região. Um dos que continuavam foragidos, Salvador dos Santos, sobre quem se tinha a informação de que primeiro fora para uma fazenda vizinha à fábrica e depois, faziam 25 dias, teria ido para a cidade, gozava de boa reputação junto à administração. Era tido como o “melhor moldador de uma mui exemplar conduta” e por isto só poderia ter sido “seduzido” por França, e com ele também um outro de nome Jezuino, tido como um “bom refinador”. Curiosamente, enquanto alguns escravos que eram tidos como bem comportados e bons profissionais, como Jezuino e Salvador, apesar das insistentes buscas dos feitores continuavam foragidos, Antônio França,

<sup>48</sup> AESP, nº de ordem 5214, Ofício do administrador da fábrica ao presidente da província de São Paulo, 16 de março de 1836.

<sup>49</sup> AESP, nº de ordem 5214, Ofício do administrador da fábrica ao presidente da província de São Paulo, 27 de setembro de 1836.

renomado “sedutor”, certamente um dos “cabeças” da “sociedade”, já havia sido capturado.<sup>50</sup>

A “sociedade” vinha se consolidando com muita rapidez, por meio dos laços de solidariedade entre os escravos e os quilombolas da Ipanema e destes com alguns moradores livres. Isto ampliava a sua capacidade conspirativa pela zona rural, inclusive penetrando na vila. Cada vez mais, com a evolução da conjuntura, aquela região tornava-se propícia à resistência e insurgência escravas.

Enquanto as iniciativas escravas e quilombolas ganhavam maior amplitude, as velhas lutas ficavam agendadas. Muitas das iniciativas para conseguir comida tinham na fábrica um alvo privilegiado. Afinal, por já conhecerem as suas instalações e terras, ali poderiam furtar de quem lhes havia imposto privações. Entretanto, a união entre a perspicácia quilombola e a cumplicidade escrava nem sempre foi suficiente para burlar a constante vigília dos feitores. No início de 1839 foi descoberto o matadouro clandestino construído pelos fugitivos. Parece que neste período, as buscas foram mais intensas porque, em um período não muito longo, a “boa boiada” de propriedade da fábrica fora reduzida a um “desgraçado estado”.<sup>51</sup>

Pelas informações fornecidas por Bloem em 25 de fevereiro daquele ano, sabemos que parte da carne dos animais abatidos pelos quilombolas era dividida com os escravos e a outra parte era vendida para os “maus vizinhos”, certamente alguns dos homens livres identificados com a “sociedade”. Esta é uma evidência de que, provavelmente, havia uma dimensão monetária nas relações por eles travadas. Podemos inferir também que, em alguns momentos, a “muita fartura” em que alguns deles viviam não se restringia a feijão, farinha e toucinho, sendo reforçada pela considerável presença de carne verde.<sup>52</sup>

Com a descoberta do matadourc, os escravos envolvidos foram castigados, mas o administrador continuava a se queixar da impossibilidade de “pegar os dois peraltas que há anos fugidos” continuavam coordenando toda aquela rede de resistência. Os dois peraltas eram Marcelino e João Mariano. Essa história lembra a afirmação de Genovese de que “os

<sup>50</sup> Para maiores informações sobre Salvador dos Santos, Jejuino e Antônio França, ver AESP, n<sup>o</sup> de ordem 5214, Ofício de administrador da fábrica ao presidente da província de São Paulo, 27 de setembro de 1836.

<sup>51</sup> AESP, n<sup>o</sup> de ordem 5214, Ofício do administrador da fábrica ao presidente da província de São Paulo, 25 de fevereiro de 1839.

<sup>52</sup> AESP, n<sup>o</sup> de ordem 5214, *idem*.

quilombolas oferecem contribuições inestimáveis à luta dos escravos por uma vida melhor no contexto da escravidão”.<sup>53</sup>

Na região de Sorocaba, particularmente nas imediações da fábrica e em seus terrenos, onde o escravo de hoje podia ser o futuro quilombola, as relações sociais estavam baseadas em uma identidade de interesses. No centro destas a busca de uma vida com “muita fartura”. Parece que ali, eventualmente, também os escravos supriam os quilombolas com comida, provavelmente roubada do armazém da fábrica. A acusação feita a escrava Joana de fornecer “sempre os auxílios aos quilombolas” e, mais que isto, de ser uma pessoa que “levava comida para os fugitivos no mato”, é um indício disto. Todavia a administração da fábrica não teve a oportunidade de provar se ela era realmente culpada, menos ainda de castigá-la se culpada, pois antes disto ela e alguns outros escravos já tinham fugido.<sup>54</sup>

Definitivamente, a “sociedade” tinha tomado bastante corpo e os quilombolas viviam perambulando sem muita preocupação. Victor, já nosso conhecido, passou a andar armado de pistola, zagaia e faca, atravessando os bairros da vila tanto à noite, como de dia, as vezes chegando a obrigar alguns moradores que tinham suas casas em locais mais isolados a fazerem comida para ele. Numa destas oportunidades ele tinha ido, em atitude aparentemente pacífica, na casa do inspetor de quartirão.<sup>55</sup> Pode ser que um “incorrigível valentão” como Victor, com seus muitos anos de vida rebelde, tivesse discernido quais eram os moradores solidários e buscasse castigar os que não eram. Sua atitude é mais uma evidência de que naquela conjuntura os escravos e quilombolas conquistaram um razoável controle da situação se articulando para além da sua comunidade com grande desenvoltura.

Assim, no final dos anos 20 e no transcurso da década seguinte a mobilização escrava em Ipanema esteve diretamente relacionada à escassez de comida e à luta para superá-la. Aliás, a vinculação direta entre a escassez de comida e a mobilização escrava por uma vida com “muita fartura”, inclusive com o recurso à violência parece não ter sido rara nos sertões da colônia e depois do Império. Logo no início do século XIX, um ilustrado autor anônimo, provavelmente morador das Minas Gerais,

<sup>53</sup> Genovese, *Da rebelião à revolução*, p. 84.

<sup>54</sup> AESP, nº de ordem 5215, Ofício do administrador da fábrica ao presidente da província, 15 de setembro de 1842. A referência a Joana é também a ponta de algo bastante significativo: a presença feminina naquela metalúrgica, a ser trabalhada numa próxima oportunidade.

<sup>55</sup> AESP, nº de ordem 5215, Ofício do administrador da fábrica ao presidente da província, 27 de abril de 1840.

pretendendo que a coroa real se precavesse contra o crescente perigo de que os escravos deflagrassem uma grande revolta propôs, entre outras coisas, a restrição legal do número de escravos que cada fazendeiro poderia possuir. Com esta medida ele acreditava poder evitar o “abuso de poder de muitos senhores que querem possuir grande número de cativos aos quais pela maior parte não dão de comer e nem de vestir, obrigando-os por isto de viverem de rapinas, às custas dos seus pobres vizinhos, e aos quais a capacidade de tais escravos leva tudo quanto podem plantar e criar, isto é um fato público em quase todo Brasil”.<sup>56</sup> Ele relatava a ocorrência de saques e o terror entre as famílias de fazendeiros, espalhado por bandos de escravos, com até oitenta membros ou mais, que para serem derrotados seria necessário o emprego da tropa por parte do governador.

Da mesma forma, a experiência dos escravos de Ipanema em 1828 não é o único exemplo de estreita ligação entre a prática da negociação e o recurso do enfrentamento na ação escrava. Há o conhecido caso dos escravos do engenho Santana de Ilhéus, Bahia, que se rebelaram, ocuparam os terrenos do engenho e produziram um documento onde apresentavam ao senhor as condições sob as quais se dispunham a voltar ao trabalho e a servi-lo “como dantes”.<sup>57</sup> Entre as reivindicações constava a redução e a livre organização da jornada de trabalho e o direito ao lazer. Uma das reivindicações era relativa à alimentação “em cada semana [o senhor] nos há de dar os dias os dias de sexta-feira e sábado para trabalharmos para nós não tirando um destes dias por causa de santo”, raciocínio que já conhecemos.

Eles se dispunham a voltar a trabalhar para o seu antigo senhor porque, diziam, “queremos a paz e não queremos a guerra”; e também porque “não queremos seguir os maus costumes” dos engenhos vizinhos. Assim, os escravos do engenho Santana, mesmo ao negociar, usavam um argumento de força, ilustrando-o na guerra que não queriam, mas que já vinham fazendo há dois anos. Ao se disporem a negociar com o proprietário, que fingira também dispor-se a isto, foram emboscados e derrotados.<sup>58</sup>

<sup>56</sup> Citado por Luis Mott, “A escravatura: a propósito de uma representação a el-rei sobre a escravatura no Brasil”, *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 4 (1973), pp. 127-136.

<sup>57</sup> Tratado proposto a Manoel da Silva Ferreira pelos escravos durante o tempo em que se conservaram levantados, 1789, in Reis e Silva, *Negociação e conflito*, p. 123. ver também João José Reis, “Resistência escrava em Ilhéus: um documento inédito”, *Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia*, 44 (1979), pp. 285-286, e Antônio Barros de Castro, “A economia Política, o Capitalismo e a Escravidão”, in José Roberto do Amaral Lapa (org.), *Modos de Produção e Realidade Brasileira*, (Petrópolis, Vozes, 1980), pp. 96-97.

<sup>58</sup> Reis, “Resistência escrava em Ilhéus”, p. 286.

Já os escravos do engenho Vitória, localizado em Cachoeira, na Bahia, se rebelaram, mataram o feitor e um seu irmão sob a alegação de que ele teria enfeitado a mulher do proprietário. Utilizando tal argumento aqueles escravos “espertamente se colocavam do lado do senhor, vinculando a sua visão mágica de mundo à ideologia do paternalismo senhorial: não se levantaram contra o senhor e sim puniam um desleal subordinado deste”.<sup>59</sup> Quanto à discussão sobre as formas de luta e sua relação com a posição ocupada na produção, vale destacar que nos primórdios das lutas sociais a greve não era exatamente um paradigma. Na Bahia uma greve de ganhadores negros, no ano de 1857, sendo que em sua maioria eram libertos.<sup>60</sup>

Em Sorocaba, observamos que os escravos de Ipanema utilizaram recursos semelhantes, quando em 1828 afirmaram que, mesmo a administração da fábrica não cumprindo o que lhes tinha prometido, eles estavam “continuando sempre com o serviço”. Nas entrelinhas talvez possamos ler que, se a administração não cumprisse o prometido, eles iriam parar de trabalhar. Pelo que vimos até agora, eles fizeram isto e muito mais.

Como vimos, nos anos seguintes os escravos da fábrica lutaram principalmente por algumas daquelas reivindicações apresentadas, e o fizeram a despeito do fato de que a única resposta da administração à mobilização daquele ano parece ter sido um recrudescimento na segurança interna e na disciplina do trabalho. Mais tarde, assim como o proprietário de engenho Santana não se dispusera a experimentar as medidas propostas por seus escravos, também a administração da Ipanema se dispôs apenas a precaver-se diante da “sociedade” ali constituída. Se tinha um “terror natural” em relação a uma possível rebelião escrava, era porque havia suficientes exemplos de que, aqueles escravos tinham discernimento político, combatividade e alguma unidade de ação necessárias a tal empreendimento. Além disso, não era difícil eles concluírem que, desde 1828, as condições políticas tinham se tornado infinitamente mais favoráveis a qualquer iniciativa desta natureza. De acordo com a tensão vivida ali, a administração da fábrica passou a viver no mais permanente alerta.

<sup>59</sup> João José Reis, “Recôncavo Rebelde: revoltas escravas nos engenhos baianos”, *Afro-Ásia*, 15 (1992), pp. 100-126.

<sup>60</sup> Para a noção da formação de classe simultaneamente à constituição da experiência das lutas de classe ver Edward P. Thompson, “La sociedad inglesa del siglo XVIII: Lucha de clases sin clases?”, in Edward P. Thompson, *Tradicón, revuelta y consciéncia de clase: Estudios sobre la crisis de la sociedade preindustrial*, Barcelona, Grijalbo, pp. 13-61; para a ocorrência da greve negra ver João José Reis, “A greve negra de 1857 na Bahia”, in *Revista USP*, 18 (1993), pp. 8-29

Por isso, quando em 1842 chegou à administração de Ipanema, ainda ocupada pelo experiente Bloem, denúncia vinda de diversas localidades — entre elas Capivari, Constituição e Itú — de que “se esperava uma sublevação na escravatura em todo este lado da Província”, o referido administrador tomou imediatas providências para reprimí-la. O papel lhe coube porque, desta grande rebelião vinham “sendo os chefes escravos neste estabelecimento”. Isso não causou surpresa nem aos senhores de Sorocaba, nem a Bloem e menos ainda a nós espectadores longínquos. Infelizmente, não pudemos saber quais eram seus planos, quem eram os “cabeças” nesta oportunidade, ou mesmo como se deu a repressão.<sup>61</sup>

Os escravos de Ipanema continuaram o seu cotidiano de trabalho e provavelmente de barganhas e lutas, mas nós vamos ficando por aqui. Deixando a observação de que, pelas evidências, aqueles escravos lutaram tanto por sua liberdade, quanto por interesses imediatos, em particular, por mais e melhor comida. Na luta por seus interesses imediatos eles, também, recorreram à negociação, inclusive manipulando elementos do universo ideológico senhorial, jogando sobre a administração da fábrica a atuação, supostamente reguladora, do presidente da província.

Tanto no conflito quanto na negociação eles se articularam intensamente, identificaram interesses comuns enquanto escravos, contemplando as reivindicações específicas de alguns dos vários grupos em que se subdividiam. A identidade escrava, construída e expressa na mobilização de 1828, forjou uma série de comportamentos posteriores, relacionando escravos e quilombolas, assim como alguns homens livres. Esta cumplicidade traduziu-se em uma verdadeira “sociedade conspirativa”, em cuja cabeça os escravos se colocavam.

<sup>61</sup> AESP, n<sup>o</sup> de ordem 5215, Ofício do administrador da fábrica ao presidente da província de São Paulo, 15 de setembro de 1842.